

“Se fizermos bem aquilo que já nos cabe, teremos uma gestão exitosa”

Nascido em Tubarão, Sul de Santa Catarina, é formado em Medicina (UFRGS), titulado pediatra pela Sociedade Brasileira de Pediatria e administrador público pela Unisul. Althoff iniciou carreira política em 1988, quando eleito vereador de Tubarão. Foi suplente de deputado federal em 1990 e eleito, em 1994, suplente do senador Vilson Kleinübing. Em novembro de 1998, com a morte de Kleinübing, assumiu a vaga no Senado, onde permaneceu até janeiro de 2003. Foi secretário de Estado da Defesa Civil, secretário executivo de Articulação Nacional e secretário Executivo de Assuntos Estratégicos. No dia 28 de outubro, assumiu a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST). Em entrevista à **Coluna Pelo Estado**, demonstrou sua alegria com o novo cargo. “Sinto muita satisfação, porque posso ser cada vez mais útil. Cada movimento que se faz aqui leva benefício para alguém. E esse alguém grita por ajuda muito baixinho, ou nem consegue gritar. Vale a pena trabalhar aqui. E trabalho deve ser a minha marca.”



Marlene Rodrigues/SST

[PE] - Assistência Social, Combate à Fome, Habitação, Trabalho e Renda. Todas as áreas da pasta são cruciais para o momento que o país atravessa. Como lida com isso?

Althoff - A situação econômica do país, que reflete no estado, nos obriga a estar ainda mais atentos. Criamos alguns mecanismos de busca de informação no contexto da SST para buscar onde ainda podemos cortar custos sem prejudicar o atendimento a todas as áreas que atendemos. A secretária Angela Albino, que me antecedeu, já tinha feito uma parte e agora estamos aprofundando. Queremos chegar ao final do ano tendo ajudado o Estado a fechar suas contas. Temos tido a colaboração e a compreensão dos cerca de 200 servidores da secretaria nesse sentido, o que facilita o trabalho.

[PE] - Além da sede, em Florianópolis, há bases da SST no interior?

Althoff - Sim, especialmente pelos SINEs. Dos 88 que existem em Santa Catarina, 22 são administrados por nós. Nas secretarias regionais, agora agências de desenvolvimento, temos gerências de Assistência Social. Nossa prioridade será usar essa capilaridade para ter ações mais efetivas lá na ponta.

[PE] - Com a mudança de secretaria para agência esse braço social será mantido?

Althoff - Acredito que sim. Não fui informado de mudanças nesse sentido. Se houver a tentativa de acabar com essas agências, do meu lado também vou tentar mostrar a ne-

cessidade de manutenção, uma vez que vamos ativar o serviço. Temos experiência que o uso da capilaridade com a presença física é fundamental. Na Defesa Civil foi assim. Começamos com 11 e já devemos estar com mais de 20 regionais da Defesa Civil estadual.

Qual o critério para a montagem da sua diretoria?

Althoff - As pessoas mais próximas a mim, chefia de gabinete e secretaria adjunta, foram escolhas pessoais minhas. Já nas diretorias de Assistência Social e de Trabalho e Renda, os principais braços da SST, nomeei servidores efetivos. Na diretoria de Combate à Fome o responsável não é efetivo, mas já estava na função, conhece o assunto e por isso foi mantido. E para a de Habitação, cujo trabalho queremos intensificar, buscamos uma pessoa de fora com competência para as nossas metas. Acredito que a valorização de quem é da casa traz valorização, agregação, responsabilidade, segurança e satisfação pessoal para quem está na equipe.

[PE] - O senhor destacou a área de Habitação. Quais os planos?

Althoff - A política de Habitação do Estado é feito pela Cohab-SC, mas alguns programas desse segmento são vinculados à nossa secretaria. Quero fazer referência ao Lar Legal, um projeto que está saindo, que teve alguns problemas e por isso o estamos reposicionando. Trata-se de um programa para regularização fundiária. As pessoas que não têm títulos de propriedade dos lugares onde vivem, às vezes por gerações, passarão a ter. O alcance social disso é muito

grande e transforma a vida das pessoas, que terão direito ao seu próprio patrimônio. Atenderemos as comunidades carentes. Nesse primeiro momento, as pessoas ainda têm que pagar pela regularização. Mas queremos que as pessoas que realmente são carentes não tenham esse ônus, que deverá ser assumido pelo Estado.

[PE] - De onde virão os recursos, uma vez que o governador está determinando apertar o cinto?

Althoff - Exatamente. Mas já temos uma fonte assegurada. Conversamos com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e ele assumiu o compromisso conosco que o Parlamento estadual vai financiar o projeto com a sobra que será devolvida ao Executivo no final do ano.

[PE] - O que o senhor pretende fazer na relação com o governo federal, já que os programas sociais estão em grande parte ligados à União?

Althoff - Aí está uma das minhas motivações para manter os efetivos da casa naquelas duas diretorias, de Assistência Social e de Trabalho e Renda, porque são as responsáveis pela maior parte dos programas federais. E isso não sofreu solução de continuidade. Temos a segurança de terminar os processos em andamento para no ano que vem buscar mais recursos. Na primeira viagem que tiver que fazer a Brasília pretendo estar com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, promovendo o nosso relacionamento e conduzindo a busca de mais recursos.

[PE] - Além das diretorias, a SST tem dez conselhos. Como o senhor está lidando com essa estrutura?

Althoff - Temos os conselhos de Artesanato e Economia Solidária, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Direitos da Mulher, do Idoso, das Populações Afrodescendentes, dos Povos Indígenas, de Trabalho e Emprego, das Pessoas com Deficiência e da Segurança Alimentar e Nutricional. Uma gama de assuntos de grande interesse social. Eles fazem a relação direta com a sociedade e são frutos da Constituição de 1988. Essas políticas foram se solidificando, assim como o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses dez conselhos são vinculados à secretaria, recebem suporte para suas atividades, mas têm autonomia. Agora queremos colocar uma pessoa ligada ao meu gabinete que vai tratar diretamente com os conselhos, coordenando o trabalho, identificando demandas e dando respostas. Porque, temos que reconhecer, mesmo com todos os avanços desde 1988, a política pública de Assistência Social ainda não é prioridade, seja na esfera federal, estadual ou municipal.

[PE] - O aumento do número de usuários de drogas preocupa?

Althoff - A recomposição dos projetos para essa área é fundamental. Tivemos uma reunião para reagrupar as pessoas que estavam participando do Plano Estadual de Combate às Drogas. O resgate do que já foi feito e o estímulo para novas ações tem que partir desse grupo, formado por entidades e pelo governo. Temos que ter sinergia também

com outras ações, como o Reviver que, via Fundo Social, garante recursos para as casas que tratam dessas pessoas.

[PeloEstado] - A SST é sua quarta função nos mandatos do governador Raimundo Colombo. Quais os planos para sua trajetória pessoal?

Geraldo Althoff - Decisão tomada: não sou candidato a nenhum cargo eletivo. Já não fui na eleição passada e não serei nas próximas. O compromisso agora é permanecer com o governador Colombo até o término de seu governo aonde ele precisar. Já estive na Secretaria da Defesa Civil, depois na de Assuntos Estratégicos e agora aqui. Nosso cargo é de confiança o que significa sair na hora em que o governador determinar. Por enquanto fico por aqui.

[PE] - O que o senhor tem como metas para a SST?

Althoff - Não podemos agregar novas políticas ou ações. Acho difícil pela questão financeira. Se fizermos bem aquilo que já nos cabe, teremos uma gestão exitosa. E para isso vamos contar com nossos colaboradores. A atenção que nós temos que ter é para a possibilidade de acessar novos programas com recursos federais. O que vamos fazer é fazer um levantamento de todas as ações que já estão sendo feitas. E colocar na mesa as perguntas: existem outros programas? Quais e como podemos trazer esses novos recursos para Santa Catarina. Temos uma acomodação no Estado e nos municípios, de receber passivamente as verbas federais, sem pressionar por mais recursos. Queremos mais.